

ESTUDO INVESTIGATIVO SOBRE A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: DIMENSÕES DA REALIDADE EDUCACIONAL EM MINAS GERAIS

Francely Priscila Costa E Silva
GESTRADO/UFMG
francelycostaesilva@gmail.com

Ana Maria Clementino Jesus E Silva
GESTRADO/UFMG
anamcjs@gmail.com

Dalila Andrade Oliveira
GESTRADO/UFMG
dalilaufmg@yahoo.com.br

Danilo Marques Silva
GESTRADO/UFMG
marques7danilo@gmail.com

Heloísa Oliveira Gomes Da Silva
GESTRADO/UFMG
heloisaxisto@gmail.com

Lorena De Jesus Castro
GESTRADO/UFMG
lorenasamcastro@gmail.com

RESUMO

Nos últimos dez anos, programas de educação integral e ampliação da jornada escolar vêm sendo implantados em várias redes educacionais do Brasil, principalmente após a criação do Programa Mais Educação do governo federal, em 2010. A organização, os espaços e tempos escolares vêm sendo modificados e novos sujeitos passam a exercer funções docentes dentro das escolas. O presente trabalho pretende apresentar um perfil sócio-demográfico e profissional dos novos sujeitos docentes dos programas de educação integral de duas escolas da cidade de Belo Horizonte: o Programa Escola Integrada (PEI), da rede municipal de Belo Horizonte e o Projeto Educação em Tempo Integral (PROETI), da rede estadual de Minas Gerais. O perfil e suas análises são alguns dos resultados da pesquisa em andamento “Gestão do Trabalho na Escola de Tempo Integral”, desenvolvida pelo Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Docente; Escola de Tempo Integral; perfil docente.

1 – Introdução

Os programas de educação em tempo integral atuais têm-se constituídos como políticas públicas de inegável importância, tendo em vista o atendimento integral dos alunos prioritariamente mais vulneráveis, de modo a favorecer a utilização dos seus tempos em um local de construção do conhecimento e de acesso às práticas culturais. Ao mesmo tempo, os programas têm proporcionado à escola e aos trabalhadores docentes um novo desafio, ou seja, veem-se diante de novos padrões de organização do trabalho, dos espaços e dos tempos escolares. Na medida em que são apresentadas como inovação, as novas exigências forçam os docentes a tomá-las como naturais e por isso devem dominar novas práticas e novos saberes no exercício de suas funções. O que pressupõe a continuidade na aquisição de conhecimento e na formação desses educadores. E ainda, alguns modelos de ampliação da jornada, como o Programa Mais Educação criado pelo governo federal, tem aberto a escola para novos sujeitos docentes com pouca ou nenhuma formação para o exercício da docência, o que têm representado uma ameaça à condição profissional pela absorção de pessoal não qualificado através da realização de contratos precários e baixa remuneração.

Deste modo, reconhecendo a urgência e relevância da educação em tempo integral e da emergência de novos sujeitos docentes¹ na escola o projeto “Gestão do trabalho na escola de tempo integral”, organizado pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (Gestrado/UFGM), tem buscado conhecer algumas propostas de ampliação da jornada escolar diária, identificando os atores envolvidos e condições de trabalho docente. Para isso tem desenvolvido ações em duas escolas da capital mineira de redes distintas, uma integrante da rede municipal de ensino de Belo Horizonte e outra da rede estadual de ensino de Minas Gerais, tentando compreender o funcionamento e a organização das suas propostas de ampliação de jornada por meio do estudo do Programa Escola Integrada e o Projeto Educação em Tempo Integral.

No Brasil a necessidade de expansão e ampliação do período de permanência

¹ Os sujeitos docentes, assim como definidos na pesquisa Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil, são “os profissionais que desenvolvem algum tipo de atividade de ensino ou docência, sendo compreendidos pelos professores e por outros profissionais que exercem atividade de docência” (GESTRADO/UFGM, 2010).

diária do aluno na escola, com o objetivo de oferecer mais oportunidades educacionais, apresenta-se como um desafio, que não pode ser postergado. Nesse sentido foi criada uma série de medidas legais para promover a educação em tempo integral, a educação integral e a proteção de crianças e adolescentes. Como é o caso, por exemplo, do art. 34 da LDB, que prevê a progressiva ampliação do período de permanência das crianças na escola, o direito à proteção integral constante no Estatuto da Criança e do Adolescente e os preceitos de educação integral presentes na legislação a partir da Constituição Federal de 1988, assim como a responsabilização do Estado e da família, em colaboração com a sociedade, pela promoção da educação. Entretanto, sua implementação e expansão só foi possível a partir da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que estabeleceu recursos financeiros para a jornada em tempo integral dos alunos, e também pela criação do Programa Mais Educação do governo federal, com o fomento da educação em tempo integral por meio de aporte financeiro e técnico às escolas públicas brasileiras (CLEMENTINO, 2013).

Embora a jornada diária ampliada proposta pelo Programa Mais Educação tenha alcançado no ano de 2014 aproximadamente 60.000 escolas, várias questões ainda precisam ser revistas para a melhoria da qualidade da educação ofertada no contraturno escolar: a educação em tempo integral corresponde a uma educação integral? Quem são os profissionais que nela atuam, qual a sua formação? Como se organiza o trabalho docente nessas escolas? Quais as práticas pedagógicas do seu cotidiano? Há articulação e integração no trabalho entre os professores do ensino regular e os demais profissionais do projeto, que nela atuam?

Para responder questões como essas que o projeto de pesquisa “Gestão do trabalho na escola de tempo integral” foi organizado e desenvolvido. Sendo neste trabalho apresentado algumas análises preliminares sobre o perfil dos sujeitos docentes da educação em tempo integral que atuam nos programas de duas escolas de redes de ensino distintas de Belo Horizonte.

2 – Os programas de educação em tempo integral pesquisados: o PROETI e o PEI

É importante destacar que o surgimento dos programas que propõem a ampliação da jornada educativa das escolas, como o já mencionado Programa Mais Educação e de experiências em nível local como as que veremos adiante, deu-se como políticas direcionadas para alunos prioritariamente em situações de vulnerabilidade social. Entretanto, modelos de educação em tempo integral como o Programa Escola Integrada (PEI) e o Projeto Educação em Tempo Integral (PROETI) das redes de ensino municipal de Belo Horizonte e estadual de Minas Gerais, respectivamente, possuem suas peculiaridades.

O objetivo proposto pelo Programa Escola Integrada da rede municipal de Belo Horizonte é formação integral dos alunos de 6 a 14 anos do ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada educativa para 9 horas diárias e oferta de atividades diversificadas no contraturno escolar em diferentes espaços da cidade. A ocupação desses territórios tem como perspectiva a transformação de diferentes espaços da cidade em centros educativos, explorando e desenvolvendo os potenciais da comunidade. As atividades são realizadas em formas de oficinas, em sua maioria voltada para a cultura, lazer e esporte, ministradas por estudantes universitários (estagiários) e agentes culturais (oficineiros da comunidade). Já o Projeto Educação em Tempo Integral da rede estadual de Minas Gerais – PROETI – criado em 2007 como Projeto Escola de Tempo Integral, pretende melhorar a aprendizagem dos alunos do ensino fundamental que demandam maior atenção e reduzir a possibilidade de reprovação. Além disso, tem como objetivo a ampliação do universo de experiências artísticas, culturais e esportivas. Para isso, as escolas reorganizam seus espaços internos e conta com a presença de professores regentes de turma (pedagogos/as) e professores de educação física. Foi a partir destas distinções entre PEI e PROETI, principalmente relacionadas ao trabalho docente, que se buscou através deste estudo investigar o perfil desses novos sujeitos docentes.

A pesquisa iniciada no ano de 2013 realizou a investigação em duas escolas de Belo Horizonte, uma de cada rede de ensino público, nas quais puderam ser desenvolvidas atividades diversas com a equipe docente e gestora. Foram desenvolvidas ao longo dos três anos de projeto etapas metodológicas que pudessem responder as questões colocadas inicialmente pelo projeto, dentre elas: aplicação de questionários, observações das escolas e programas, grupos focais com os docentes e entrevistas com

os diretores e coordenadores. Sendo assim, a seguir conheceremos um pouco mais sobre as escolas investigadas, para posteriormente identificarmos o perfil dos sujeitos docentes pesquisados.

3 - As escolas pesquisadas

A Escola A² situada no bairro Goiânia, na região Nordeste de Belo Horizonte pertence à rede municipal de Belo Horizonte. Considerada uma escola de porte médio, atende à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e à Educação de Jovens e Adultos – EJA. Dentre os programas que desenvolve está o PEI (com complementação financeira do Programa Mais Educação). A escola atendia 420 alunos no Ensino Fundamental, sendo que 281 alunos matriculados no PEI.

O PEI, na Escola A, foi implantado no ano de 2007, utilizando-se de espaços dentro da escola, quando existem (sala de vídeo, biblioteca, quadra, etc), e fora dela (em uma casa e salas de uma igreja alugadas). Com um público de 281 alunos divididos entre dois turnos, os sujeitos docentes, exclusivamente agentes culturais, além de ministrarem as oficinas, acompanham os estudantes durante os trajetos entre a escola e os espaços alugados, e também nos momentos de chegada, saída e lanche. Ao todo o PEI contava com 10 sujeitos docentes. Destes, 7 eram agentes culturais com contratos de 40h/semanais e vínculo empregatício e os demais eram professores efetivos do Projeto de Intervenção Pedagógica da Prefeitura de Belo Horizonte, que passou a integrar o programa de ampliação da jornada como forma de compartilhamento de espaços e atividades, sem contudo, perder sua autonomia. Com isso, não foi observada a presença de estagiários universitários conforme previsto pelo projeto, levando-nos a concentrar a investigação apenas nos agentes culturais que preencheram questionários com informações a respeito de seu perfil socioeconômico e profissional, dados que serão divulgados a frente com o intuito de demonstrar quem eram os sujeitos docentes do PEI da Escola A.

Já a Escola B, localizada no Bairro Novo Santa Mônica, Regional Norte, compõe a rede estadual de Minas Gerais, ofertando os anos iniciais do Ensino

² Denominamos a Escola Municipal de “A” e a Escola Estadual de “B” com intuito de manter o anonimato dos sujeitos investigados, conforme orientado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais de Belo Horizonte.

Fundamental e desenvolve diversos projetos de inclusão, dentre eles o PROETI (com aportes financeiros do Programa Mais Educação). Ao todo possuía 345 alunos matriculados, dos quais, 234 integravam o PROETI³. É importante destacar que as duas escolas localizam-se em territórios mais vulneráveis, com atendimento predominante de um público mais carente.

A implantação do PROETI na Escola B deu-se em 2009, desde então se vem utilizando os espaços ociosos de dentro da escola (salas de aulas, sala de vídeo, biblioteca, quadra, sala de informática, etc). O público de 234 alunos era atendido em 2014 por pedagogas e professores de educação física que desenvolviam atividades de reforço escolar e dever de casa, além de esportivas e culturais. Ao todo eram 11 professores atuando durante os dois turnos do projeto.

6

4 - Análises preliminares sobre o perfil dos sujeitos docentes

Tendo em vista que a pesquisa ainda encontra-se em andamento e os dados continuam sendo coletados e analisados serão destacados neste trabalho dados preliminares sobre o perfil dos sujeitos docentes da educação em tempo integral das escolas investigadas coletados através de aplicação de questionários. Realizaremos aqui algumas análises partindo de dados de questionários aplicados a uma pequena amostra de docentes das escolas pesquisadas. Inicialmente traçaremos o perfil sócio-demográfico dos profissionais que atuam nos projetos de tempo integral das escolas participantes da pesquisa com base em dados de sexo, idade, cor, estado civil, escolaridade, e em seguida buscaremos definir um perfil profissional e socioeconômico a partir de alguns dados sobre vínculo, renda, jornada de trabalho, carreira e outros.

4.1 - O perfil dos sujeitos da Escola A

a) Perfil sócio-demográfico: sexo, raça, idade e estado civil

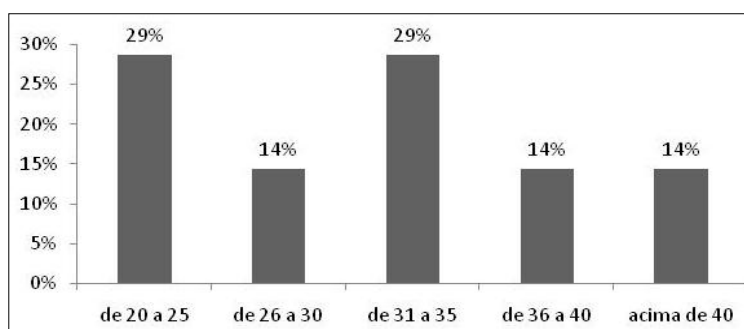
A partir dos questionários respondidos pelos sujeitos docentes do PEI da Escola A, verificou-se que a maioria é do sexo feminino (57%). Fato que vai ao encontro de estudos de Fernandes e Silva (2012) que traçaram o perfil do professor da Educação

³ Os dados aqui levantados e trabalhados são do ano de 2014.

Básica no Brasil com base nos dados da PNAD. Na referida investigação, os autores chamam atenção para a confirmação da presença feminina na profissão docente.

Com relação à idade (Gráfico I) observou-se que 72% dos sujeitos docentes têm até 35 anos, demonstrando a presença marcante do público jovem, embora estudos apontem uma baixa atratividade da carreira docente e uma retração do número de estudantes de licenciaturas (DUARTE, 2013).

Gráfico I - Distribuição da faixa etária dos entrevistados



Fonte: GESTRADO/2014

A maioria dos respondentes autodeclarou ser da cor parda (57%) ou da cor negra/preta (43%). Sendo que as cores branca, indígena e amarela não foram citadas pelos mesmos. Conforme o Gráfico II, 57% dos agentes culturais informou ser solteiro, enquanto 29% disseram ser casados e um indivíduo declarou-se “viúvo (a) sem companheiro (a)”. A maioria dos respondentes declarou ainda não possuir filhos.

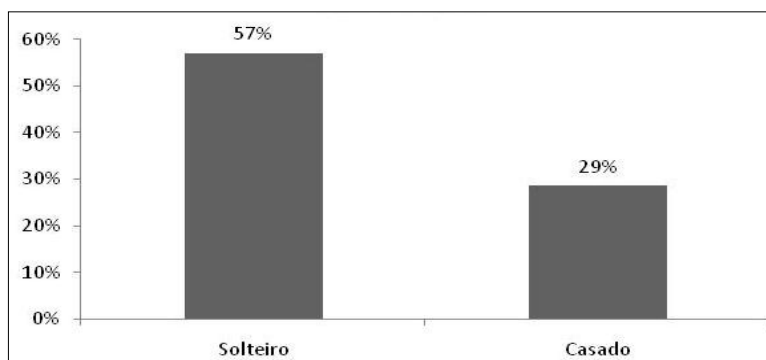


Gráfico II - Estado civil

Fonte: GESTRADO/2014

b) Perfil profissional: formação, tempo de trabalho na educação e no PEI, carga horária e remuneração

Observou-se que 71% dos sujeitos docentes do PEI da Escola A não possuía graduação, ou seja, não tinha formação específica para docência, tendo em vista que não era exigida escolaridade mínima para atuar no PEI. Embora alguns agentes culturais tenham informado que estavam realizando um curso de graduação ou curso técnico verificou-se que as atividades desenvolvidas por eles nas oficinas não correspondiam a sua especialização. Por exemplo, uma agente que cursava letras desenvolvia a oficina de dança, enquanto o técnico de saúde e segurança do trabalho oferecia a oficina de informática. Ainda tiveram respondentes que informaram não possuir o ensino fundamental completo ou ensino médio completo, esses disseram realizar atividades como capoeira e percussão (Gráfico III).

8

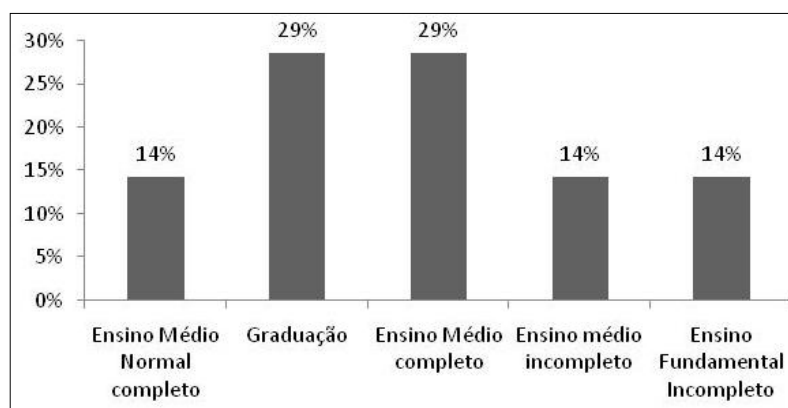


Gráfico III - Nível de escolaridade

Fonte: GESTRADO/2014

Além de não possuírem formação específica, 57% respondeu ainda ter pouco tempo na educação (entre 1 e 2 anos) e 71% no PEI (máximo 1 a 2 anos), conforme o Gráfico IV.

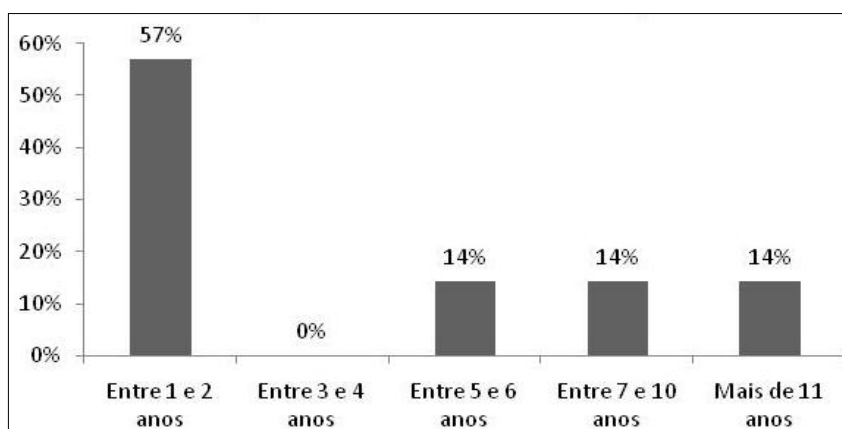


Gráfico IV - Tempo de trabalho na Educação

Fonte: GESTRADO/2014

Conforme exposto no Gráfico V, os entrevistados informaram ainda trabalhar 40 ou mais horas semanais (86%) na escola, não desenvolvendo nenhum outro tipo de trabalho. Com isso, o funcionamento do programa foi possível apenas com a contratação de agentes culturais em regime de trabalho celetista, sem a presença de estagiários da educação superior, como é previsto pelo PEI.

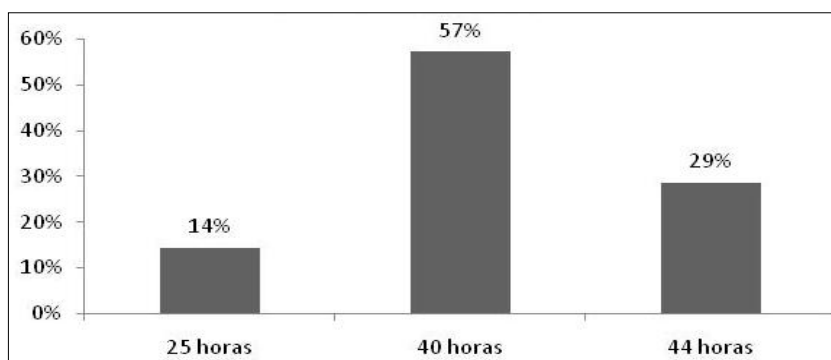


Gráfico V - Carga horária semanal na unidade em que foram entrevistados

Fonte: GESTRADO/2014

Sendo todos celetistas, a remuneração da maioria (86%) girava em torno de 1 a 2 salários mínimos⁴. Mesmo com a baixa a remuneração, 43% dos respondentes informaram serem os principais provedores dos rendimentos de sua família.

3.3.2 - O perfil dos sujeitos – Escola B

a) Perfil sócio-demográfico: sexo, raça, idade e estado civil

Quanto ao perfil sócio-demográfico, a partir dos questionários analisados, verificou-se que 91% dos respondentes eram do sexo feminino. Novamente chama atenção o fato de que a grande maioria dos respondentes é do sexo feminino.

Em relação à idade e conforme apresentado no Gráfico VI, a maior porcentagem (36%) se encontra na faixa etária entre 46 e 50 anos, seguida da faixa que compreende a idade entre 30 e 35 anos (27%), - o que diverge dos dados da Escola A que possui um pessoal mais jovem atuando no programa. Esse fato pode ser explicado pela exigência de contratação da rede estadual de profissionais que possuam graduação para atuar no cargo.

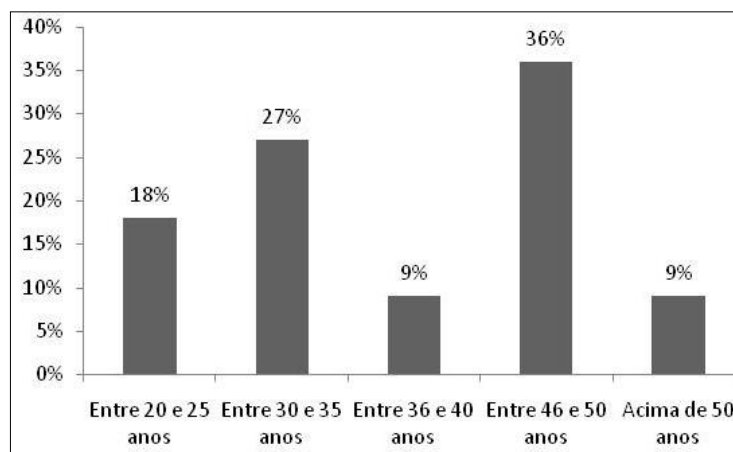


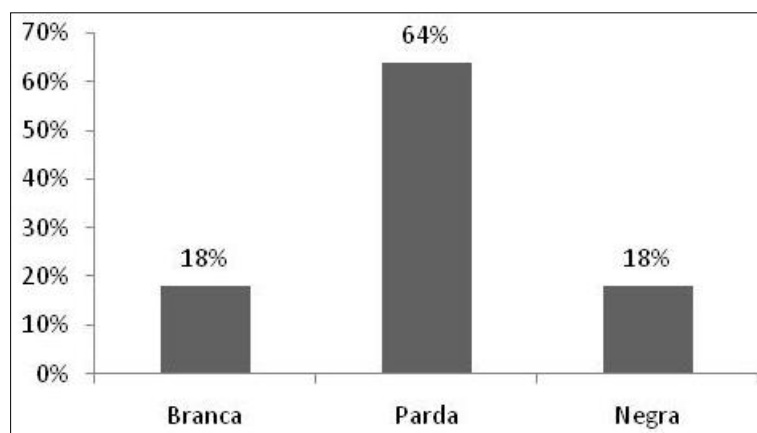
Gráfico VI - Faixa etária

Fonte: GESTRADO/2014

Com relação à raça/cor, 64% dos respondentes se considera da cor parda, sendo mencionada a cor branca, diferente ao fato que ocorreu na Escola A (Gráfico VII).

⁴ Vale ressaltar que em 2014 (ano da aplicação dos questionários) o valor do salário mínimo vigente era de R\$ 724,00.

Gráfico VII - Raça/Cor



Fonte: GESTRADO/2014

11

Quando perguntados sobre o estado civil, a maioria dos profissionais (55%) informou ser casada, seguidos dos solteiros (36%) e por fim os que vivem com companheiro (9%). O alto índice de respondentes casados pode ser explicado pela faixa etária dos mesmos, com alta porcentagem na faixa etária entre 46 e 50 anos, divergindo mais uma vez dos sujeitos docentes da Escola A. 73% dos respondentes afirmou ainda não possuir filhos.

b) Perfil profissional: formação, tempo de trabalho na educação e PROETI, carga horária e remuneração

Com vista a traçar um perfil mais completo desses profissionais, analisamos a seguir alguns dados sobre perfil profissional, carreira, jornada, renda, etc. Em relação à escolaridade verificou-se que, diferentemente dos agentes culturais da Escola A, todos os professores possuíam no mínimo um curso de graduação completo, sendo que 37% deles possuíam também pós-graduação como nível mais alto de escolaridade. Os docentes eram graduados em Pedagogia ou Educação Física.

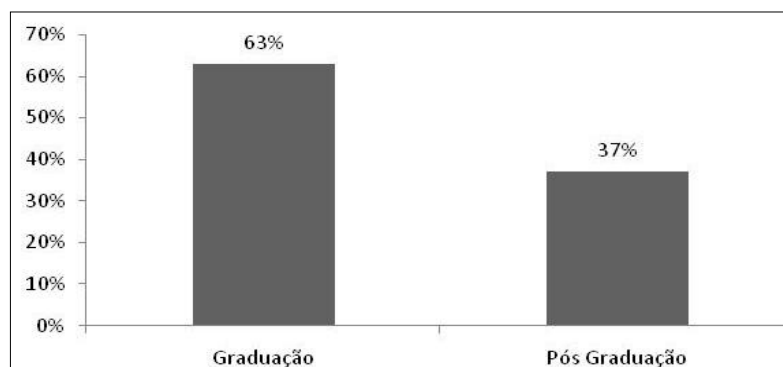
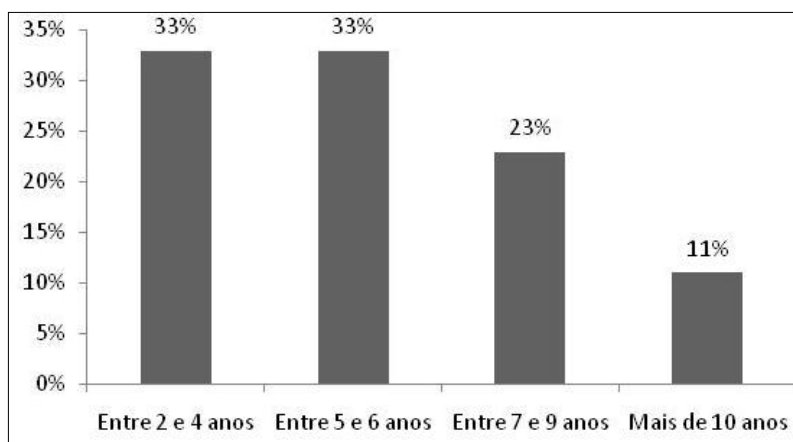


Gráfico VIII - Nível mais alto de escolaridade

Fonte: GESTRADO/2014

Com relação ao tipo de contrato de trabalho, a maioria dos respondentes (82%) afirmou ter contrato de trabalho temporário. Esse dado é explicado pelo fato do tipo de contrato realizado pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais ser predominantemente temporário (designação), sem vínculo empregatício, podendo ser renovado ao final de cada ano. Quando perguntados sobre o tempo de trabalho na área de educação, a maioria dos respondentes possuía entre 2 e 6 anos de trabalho (66%) e os que trabalhavam 7 anos ou mais somavam 34% do total, demonstrando que além de formação, os professores apresentam tempo de experiência docente superior aos agentes culturais do PEI - fatores que podem ser decisivos no processo de ensino-aprendizagem (Gráfico IX).

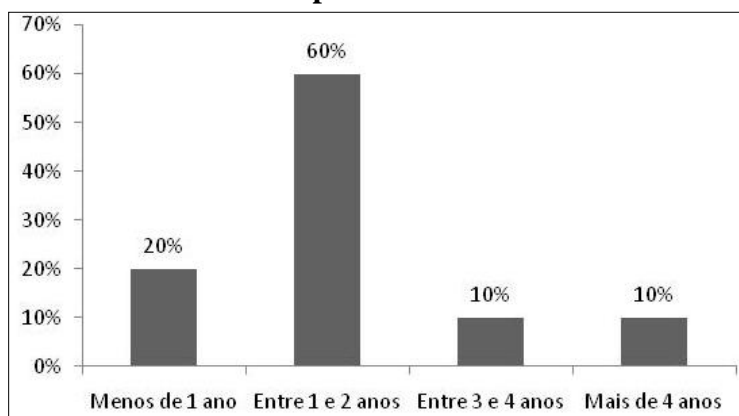
Gráfico IX - Tempo de trabalho na Educação



Fonte: GESTRADO/2014

Entretanto ao serem perguntados sobre o tempo de trabalho no PROETI a maioria afirmou possuir apenas entre 1 a 2 anos no projeto (60%). O que pode ser decorrente da realização dos contratos temporários que ocasionava maior rotatividade dos professores nos cargos, ficando pouco tempo na escola (Gráfico X).

Gráfico X - Tempo de trabalho no PROETI



Fonte: GESTRADO/2014

Com relação à carga horária de trabalho semanal, 60% dos respondentes disseram trabalhar 24 e 30 horas semanais na Escola B (Gráfico XI).

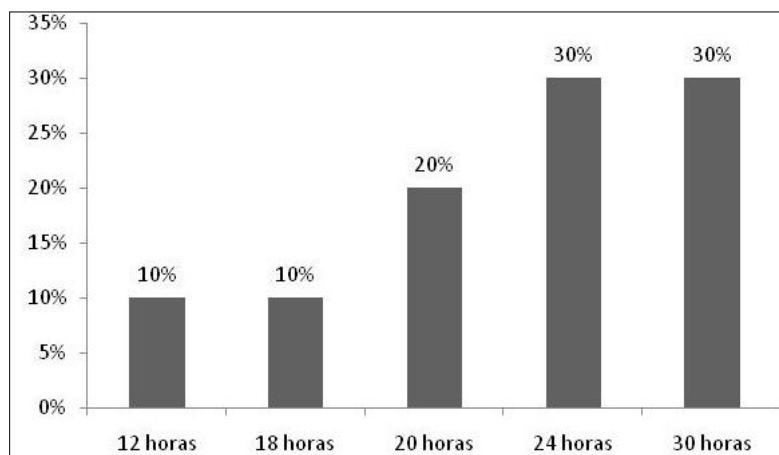


Gráfico XI - Carga horária

Fonte: GESTRADO/2014

Quando perguntados se trabalhavam em outra unidade educacional, 72% dos profissionais afirmaram não trabalhar em outra escola. Isso porque o horário em que esses sujeitos atuavam no PROETI não era compatível com os dos turnos regulares. Geralmente as atividades do PROETI iniciavam e terminavam depois das oferecidas pelo turno regular, deixando-os impossibilitados de assumirem outros cargos (Gráfico XII).

14

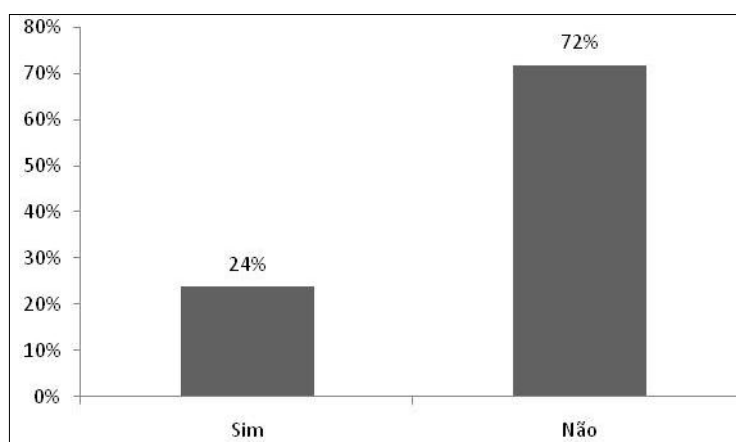


Gráfico XII - Trabalha em outra unidade educacional

Fonte: GESTRADO/2014

Com relação à remuneração, a maioria dos respondentes (80%) informou que recebia entre 1 e 2 salários mínimos, valores baixos quando relacionamos a formação e a carga de trabalho dos docentes. Fato não isolado, tendo em vista que acompanha a tendência de baixos salários dos docentes da educação básica que prevalece no Brasil. Embora seja previsto em lei o pagamento do piso salarial nacional dos docentes, valor de R\$ 2.135,64 para uma jornada de trabalho de 40 horas semanais⁵, muitas vezes é descumprido pelos entes federados (Gráfico XIII).

⁵ Dados de 2016.

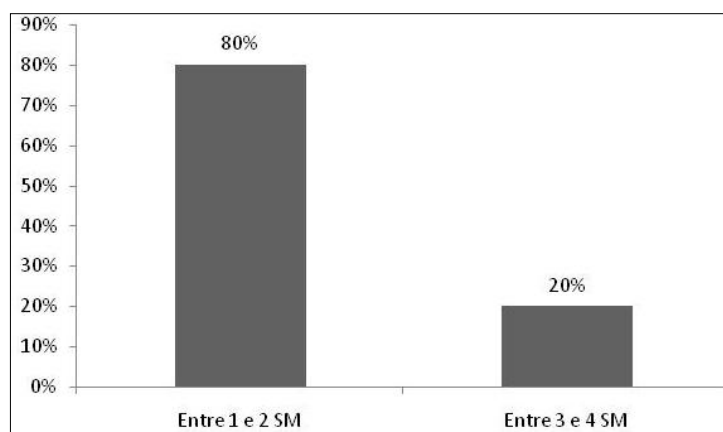


Gráfico XIII - Remuneração

Fonte: GESTRADO/2014

15

5 – Considerações finais

Observamos, portanto, um perfil diverso de formação e experiências docentes entre os sujeitos das duas redes de ensino e também entre os próprios educadores dentro dos programas. Percebemos dentro do PROETI a exigência de dois tipos de formações distintas em nível superior, pedagogia e educação física. Além disso, os professores apresentavam entre 2-6 anos de experiência na área de educação e ainda cursos de especialização (pós-graduação). Enquanto os agentes culturais do PEI apresentaram em sua maioria o ensino médio completo, já que não lhes era exigida escolaridade em nível superior. Além disso, tinham pouca experiência docente para o trabalho com os alunos.

Os professores entrevistados do PROETI recebiam entre 1 e 2 salários mínimos para uma carga horária de aproximadamente 25 horas semanais e possuíam contratos de trabalho de um ano, enquanto os agentes culturais do PEI possuíam vínculo empregatício com a Associação Municipal de Assistência Social - AMAS, com contratos de trabalho regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) recebendo entre 1 e 2 salários mínimos para uma jornada de quarenta horas semanais.

Os dados encontrados nesta pesquisa sobre o perfil dos sujeitos docentes da educação em tempo integral se assemelham aos resultados obtidos por Clementino (2013) em sua dissertação de mestrado “Trabalho docente e educação em tempo integral: um estudo sobre o Programa Escola Integrada e o Projeto Educação em Tempo Integral”. Nela pode ser observada a importância da ampliação da jornada escolar, impulsionada nos últimos 10 anos pelos governos de Lula e Dilma Rousseff, como instrumento importante de proteção social dos alunos prioritariamente mais pobres e de promoção social, ao visarem o desenvolvimento pleno dos alunos por meio de uma concepção mais abrangente de educação.

No entanto, ressalta que é preciso melhorar as condições de trabalho que foram observadas nos dois programas. Problemas como a falta ou inadequação dos espaços, ausência de tempo para o planejamento das atividades, incompatibilidade entre a carga excessiva de trabalho com a remuneração recebida, acúmulo de atribuições dos docentes e o distanciamento dos docentes dos demais trabalhadores da escola foram percebidos por Clementino (2013), assim como nessa pesquisa, mas que terão destaques em estudos futuros. Mas chama atenção a presença de docentes sem formação específica e a realização de contratos precários com baixa remuneração docente, como visto no PEI, que podem estar contribuindo para a desvalorização da docência e para má qualidade das atividades, depondo contra os objetivos da educação integral. Tal fato estaria contribuindo para um processo de desprofissionalização ou proletarização dos serviços educativos, na medida em que os serviços oferecidos aos alunos passaram a ser cada vez mais de responsabilidade de um pessoal menos qualificado que os professores, emergindo uma nova divisão técnica do trabalho dentro da escola (TARDIF; LEVASSEUR, 2004: 1285). A ideia de que o que se faz na escola não é assunto de especialista, contribui para um sentimento generalizado de que o profissionalismo não é o mais importante no contexto escolar (OLIVEIRA, 2004:1135).

Deste modo, os professores deveriam ter centralidade na ampliação da jornada escolar que se quer emancipadora, o que não impediria a participação de novos sujeitos docentes como agentes culturais e estudantes universitários na qualidade de aprendizes com acompanhamento e orientação dos professores, especialistas da docência. No entanto, os professores também deveriam ser preparados para alcançar os objetivos da educação integral. O que não deve prevalecer é a existência de programas de ampliação

da jornada escolar direcionada prioritariamente para alunos de baixa renda, em condições precárias de trabalho e com educadores sem formação.

5 – Referências bibliográficas

- BRASIL. Lei federal do Piso Nacional - nº 11.738 de 2008. Regulamenta a alínea ‘e’ do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jul.2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm. Acesso em: jun. 2016.

- CLEMENTINO, A. M. **Trabalho Docente e Educação em Tempo Integral: Um estudo sobre o Programa Escola Integrada e o Projeto Educação em Tempo Integral**. 2013.188 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

- DUARTE, Alexandre William B. **Por que ser professor?** Uma análise da carreira docente na educação básica no Brasil. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

- FERNANDES, Daniele C.; SILVA, Carlos A. S. da. Perfil do docente da educação básica no Brasil: uma análise a partir dos dados da PNAD. In: OLIVEIRA, Dalila. A.; VIEIRA, Livia. M. F. (Orgs.). **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 43-62.

-GESTRADO. **Trabalho docente na Educação Básica no Brasil: Relatório Final da Pesquisa**. Belo Horizonte: FAE/UFMG. 2010. 87p. Relatório.

- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. **Proposta de ampliação do PROETI para o 2º semestre de 2012 e ajustes quanto à sua operacionalização.** Belo Horizonte: SEE/MG, 2012a.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. **Projeto Estratégico Educação em Tempo Integral.** Belo Horizonte: SEE/MG, 2013.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Escola de Tempo Integral.** Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em: 15 jun.2016.
- OLIVEIRA, D. A. A Reestruturação do Trabalho Docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004.
- TARDIF, M.; LEVASSEUR, L. Divisão do Trabalho e Trabalho Técnico nas Escolas de Sociedades Ocidentais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1275-1297, 2004.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **UFMG integrada à educação básica: caracterização do programa.** Belo Horizonte: UFMG – SMED/BH, 2007.